



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0229/2022

Nos termos regimentais, pedi vista ao Projeto de Lei nº 0229/2022, distribuído à relatoria do Deputado Fernando Krelling, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, cujo escopo é a instituição de política pública objetivando, por meio dos municípios catarinenses, a construção de barraginhas ou terraços em nível nas áreas rurais do Estado de Santa Catarina.

Do exame da matéria entendeu o relator pela admissibilidade no âmbito deste colegiado, conforme relatório e voto anexado nos autos processuais. Anteriormente, atendendo a requerimento aprovado nesta Comissão, o projeto foi diligenciado à Secretaria de Estado da Fazenda, que não se manifestou a tempo dado o final da legislatura.

Em se tratando de matéria que traz em seu bojo disposições capazes de induzir impacto financeiro aos municípios catarinenses (especialmente, os artigos 5º, 6º e 7º), conforme discorreu a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, ao manifestar-se no sentido de que “o referido PL carece de análise jurídica, eis que, em princípio, [...] prevê financiamento de máquinas, materiais e mão de obra por meio dos municípios, gerando nova despesa [p. 17, da versão eletrônica do processo], opino pela necessidade de um maior aprofundamento quanto à possibilidade de criação do ônus aos municípios, bem como, do exame do projeto de lei acerca dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante desse contexto, ouvidos os membros deste Colegiado, para um melhor posicionamento acerca dos aspectos financeiros e orçamentários, de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DEPUTADO
MÁRIO MOTTA**

competência desta Comissão, solicito, com amparo no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno deste Poder, a promoção de **DILIGÊNCIA** do **Projeto de Lei nº 0229/2022** à Casa Civil, para que esta colha a manifestação da **Secretaria de Estado da Fazenda** e outros órgãos que entender pertinentes, bem como, à **Federação Catarinense de Municípios**, para que encaminhem aos presentes autos suas manifestações.

Sala das Comissões,

Deputado Mário Motta
Relator